

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	20
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	74
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	75

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	683.509.869
Preferenciais	0
Total	683.509.869
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/06/2013	Ordinária		2,34500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	27.560.792	26.476.097
1.01	Ativo Circulante	3.129.492	3.330.598
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.828.770	1.915.974
1.01.03	Contas a Receber	1.152.737	1.148.218
1.01.03.01	Clientes	1.022.812	1.038.945
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	129.925	109.273
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	129.925	109.273
1.01.04	Estoques	45.747	53.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.700	118.421
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.700	118.421
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	86.538	94.957
1.01.08.03	Outros	86.538	94.957
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	10.473	64.977
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	76.065	29.980
1.02	Ativo Não Circulante	24.431.300	23.145.499
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	893.759	906.391
1.02.01.03	Contas a Receber	374.039	335.687
1.02.01.03.01	Clientes	374.039	335.687
1.02.01.06	Tributos Diferidos	141.625	145.302
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.625	145.302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	126.413	153.098
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	126.413	153.098
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	251.682	272.304
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	50.537	53.158
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	104.967	108.099
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	96.178	111.047
1.02.02	Investimentos	76.714	74.872
1.02.02.01	Participações Societárias	22.675	20.826
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	22.675	20.826
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.039	54.046
1.02.03	Imobilizado	185.160	196.710
1.02.04	Intangível	23.275.667	21.967.526
1.02.04.01	Intangíveis	23.275.667	21.967.526
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.094.825	8.006.130
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	5.154.483	4.390.263
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	9.905.339	9.568.487
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	121.020	2.646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	27.560.792	26.476.097
2.01	Passivo Circulante	2.716.136	3.758.189
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	354.514	267.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.963	35.188
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	332.551	232.144
2.01.02	Fornecedores	217.658	295.392
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	217.658	295.392
2.01.03	Obrigações Fiscais	231.167	152.710
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	225.828	147.013
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	137.749	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	40.985	46.576
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	29.791	29.401
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	0	19.011
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	17.303	52.025
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.339	5.697
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	705.971	1.342.594
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	655.457	833.635
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	429.207	635.968
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	226.250	197.667
2.01.04.02	Debêntures	50.514	508.959
2.01.05	Outras Obrigações	595.962	1.135.078
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.772	958
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.772	958
2.01.05.02	Outros	594.190	1.134.120
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	130	414.355
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	303.688	389.091
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	34.893	42.479
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	158.261	148.220
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	13.759	24.357
2.01.05.02.09	Indenizações	16.640	8.697
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	66.819	106.921
2.01.06	Provisões	610.864	565.083
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	109.404	112.119
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	6.643	9.912
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	64.638	59.868
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	38.123	42.339
2.01.06.02	Outras Provisões	501.460	452.964
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	42.404	11.586
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	366.927	355.520
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	92.129	85.858
2.02	Passivo Não Circulante	12.335.261	11.461.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.379.212	7.532.661
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.037.410	4.669.478
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.713.375	1.651.384
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.324.035	3.018.094
2.02.01.02	Debêntures	3.341.802	2.863.183

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02	Outras Obrigações	3.396.421	3.304.414
2.02.02.02	Outros	3.396.421	3.304.414
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.680.300	2.592.550
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	97.880	87.407
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	332.304	331.960
2.02.02.02.07	Indenizações	8.057	17.577
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas	39.748	36.804
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	127.944	123.731
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	110.188	114.385
2.02.04	Provisões	559.628	624.071
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	230.957	292.198
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	57.785	58.173
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	83.988	111.830
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	89.184	122.195
2.02.04.02	Outras Provisões	328.671	331.873
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	138.401	136.839
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	159.132	165.735
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	31.138	29.299
2.03	Patrimônio Líquido	12.509.395	11.256.762
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	5.307.433	5.387.634
2.03.04.01	Reserva Legal	616.814	616.814
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	80.201
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	4.690.619	4.690.619
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.332.834	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-458.815	-458.815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.772.359	8.213.681	2.710.985	7.763.716
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.642.196	-4.911.007	-1.592.348	-4.656.557
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.102.743	-3.242.363	-993.171	-2.952.507
3.02.02	Custos de Construção	-539.453	-1.668.644	-599.177	-1.704.050
3.03	Resultado Bruto	1.130.163	3.302.674	1.118.637	3.107.159
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-284.880	-1.006.084	-456.398	-1.094.916
3.04.01	Despesas com Vendas	-171.264	-477.270	-188.892	-528.182
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-127.092	-552.372	-207.387	-530.417
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.531	40.749	14.528	48.009
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	19.077	46.095	16.114	53.341
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-2.546	-5.346	-1.586	-5.332
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.792	-18.667	-74.061	-80.683
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-2.634	-8.067	-73	-1.881
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-2.068	-10.354	-3.730	-8.417
3.04.05.04	Provisão Redução ao Valor Recuperação Ativos	0	0	-35.127	-35.127
3.04.05.05	Provisão Perdas com Inventário	0	0	-35.087	-35.087
3.04.05.20	Outras	-90	-246	-44	-171
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.737	1.476	-586	-3.643
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	845.283	2.296.590	662.239	2.012.243
3.06	Resultado Financeiro	-119.936	-299.884	-109.293	-395.657
3.06.01	Receitas Financeiras	74.983	269.640	68.232	226.644
3.06.01.01	Receitas Financeiras	74.967	269.409	68.282	226.749
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	16	231	-50	-105
3.06.02	Despesas Financeiras	-194.919	-569.524	-177.525	-622.301
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-108.287	-410.811	-154.450	-476.759
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-86.632	-158.713	-23.075	-145.542
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	725.347	1.996.706	552.946	1.616.586
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-250.383	-663.872	-191.182	-470.098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.08.01	Corrente	-256.336	-660.195	-240.126	-479.581
3.08.02	Diferido	5.953	-3.677	48.944	9.483
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	474.964	1.332.834	361.764	1.146.488
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	474.964	1.332.834	361.764	1.146.488
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,69489	1,94999	0,52927	1,67736
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,69489	1,94999	0,52927	1,67736

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	474.964	1.332.834	361.764	1.146.488
4.03	Resultado Abrangente do Período	474.964	1.332.834	361.764	1.146.488

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.157.978	1.847.791
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.315.346	3.263.693
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.996.706	1.616.586
6.01.01.02	Provisões e variações monetárias de provisões	154.444	231.150
6.01.01.04	Encargos financeiros de clientes	-167.665	-114.613
6.01.01.05	Valor residual do imobilizado e intangível baixados	8.067	2.129
6.01.01.06	Depreciação e amortização	600.309	543.702
6.01.01.07	Juros calculados s/empréstimos e financiamentos a pagar	276.654	306.742
6.01.01.08	Variações monetária e cambiais de empréstimos e financiamentos	207.776	169.399
6.01.01.09	Juros e variações monetárias passivas	17.458	1.147
6.01.01.10	Juros e variações monetárias ativas	-8.023	-9.919
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	83.924	304.011
6.01.01.12	Provisão para termo de ajustamento de conduta (TAC)	17.314	24.482
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.476	3.643
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	7.383	-6.522
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	-34.975	1.186
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	-4.612	-4.080
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-35.170	-36.919
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	197.232	161.355
6.01.01.20	Outros Ajustes	0	70.214
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-376.447	-657.140
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	64.955	-81.138
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	10.623	50.582
6.01.02.03	Estoques	7.034	4.791
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	0	-27.229
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-28.084	-95.741
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	2.621	-150.326
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-39.694	-28.618
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuição Social	87.182	48.832
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-109.482	-98.573
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-88.897	-76.930
6.01.02.12	Serviços Recebidos	-85.403	-4.434
6.01.02.13	Outras Obrigações	-28.409	85.326
6.01.02.14	Provisões	-173.106	-285.624
6.01.02.15	Cofins/Pasep diferidos	4.213	1.942
6.01.03	Outros	-780.921	-758.762
6.01.03.01	Juros Pagos	-394.918	-471.168
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuições Pagos	-386.003	-287.594
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.503.878	-1.330.861
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-11.560	-12.305
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-1.546.449	-1.342.180
6.02.03	Aumento (Redução) Investimento	-373	-5.092
6.02.04	Caixa Restrito	54.504	28.716

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-741.304	-892.696
6.03.01	Captações	1.391.619	995.442
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.590.430	-1.350.366
6.03.03	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-498.669	-537.772
6.03.04	Parceria Público-Privada	-10.254	0
6.03.05	Compromissos Contratos de Programa	-33.570	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-87.204	-375.766
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.915.974	2.142.079
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.828.770	1.766.313

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	5.387.634	0	-458.815	11.256.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	5.387.634	0	-458.815	11.256.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-80.201	0	0	-80.201
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-80.201	0	0	-80.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.332.834	0	1.332.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.332.834	0	1.332.834
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	5.307.433	1.332.834	-458.815	12.509.395

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	-953	10.544.943
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	-953	10.544.943
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-288.143	0	0	-288.143
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-288.143	0	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.146.488	0	1.146.488
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.146.488	0	1.146.488
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.929.810	1.146.488	-953	11.403.288

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	8.685.531	8.149.228
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.019.546	6.500.917
7.01.02	Outras Receitas	46.095	53.341
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.703.814	1.740.969
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-83.924	-145.999
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.427.063	-3.398.090
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.930.336	-2.818.116
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-478.060	-499.291
7.02.04	Outros	-18.667	-80.683
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.258.468	4.751.138
7.04	Retenções	-600.309	-543.702
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-600.309	-543.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.658.159	4.207.436
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	271.116	223.001
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.476	-3.643
7.06.02	Receitas Financeiras	269.640	226.644
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.929.275	4.430.437
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.929.275	4.430.437
7.08.01	Pessoal	1.310.712	1.148.828
7.08.01.01	Remuneração Direta	876.532	774.184
7.08.01.02	Benefícios	355.158	302.641
7.08.01.03	F.G.T.S.	79.022	72.003
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.501.986	1.241.548
7.08.02.01	Federais	1.429.291	1.176.037
7.08.02.02	Estaduais	42.733	38.764
7.08.02.03	Municipais	29.962	26.747
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	783.743	893.573
7.08.03.01	Juros	733.499	847.571
7.08.03.02	Aluguéis	50.244	46.002
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.332.834	1.146.488
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.332.834	1.146.488

Comentário do Desempenho

1. Destaques financeiros

	R\$ milhões							
	3T12	3T13	Variação		9M12	9M13	Variação	
			R\$	%			R\$	%
(+) Receita operacional bruta	2.262,9	2.393,2	130,3	5,8	6.500,9	7.019,6	518,7	8,0
(+) Receita de construção	612,3	551,4	(60,9)	(9,9)	1.741,0	1.703,8	(37,2)	(2,1)
(-) COFINS E PASEP	164,2	172,2	8,0	4,9	478,2	509,7	31,5	6,6
(=) Receita operacional líquida	2.711,0	2.772,4	61,4	2,3	7.763,7	8.213,7	450,0	5,8
(-) Custos e despesas	1.389,4	1.401,0	11,6	0,8	4.011,1	4.272,0	260,9	6,5
(-) Custos de construção	599,2	539,5	(59,7)	(10,0)	1.704,1	1.668,6	(35,5)	(2,1)
(+) Resultado da equivalência patrimonial	(0,6)	1,7	2,3	(383,3)	(3,6)	1,5	5,1	(141,7)
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(59,5)	11,7	71,2	(119,7)	(32,7)	22,1	54,8	(167,6)
(=) Resultado antes das financeiras, IR e CS	662,3	845,3	183,0	27,6	2.012,2	2.296,7	284,5	14,1
(+) Financeiras líquidas	(109,3)	(119,9)	(10,6)	9,7	(395,6)	(299,9)	95,7	(24,2)
(=) Resultado antes do IR e CS	553,0	725,4	172,4	31,2	1.616,6	1.996,8	380,2	23,5
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(191,2)	(250,4)	(59,2)	31,0	(470,1)	(663,9)	(193,8)	41,2
Lucro líquido	361,8	475,0	113,2	31,3	1.146,5	1.332,9	186,4	16,3
Lucro por ação (R\$)	0,53	0,69			1,68	1,95		

Reconciliação do EBITDA Ajustado (Medições não contábeis)

	R\$ milhões							
	3T12	3T13	Variação		9M12	9M13	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido	361,8	475,0	113,2	31,3	1.146,5	1.332,9	186,4	16,3
(+) Imposto de renda e contribuição social	191,2	250,4	59,2	31,0	470,1	663,9	193,8	41,2
(+) Financeiras líquidas	109,3	119,9	10,6	9,7	395,6	299,9	(95,7)	(24,2)
(+) Outras receitas/despesas operacionais	59,5	(11,7)	(71,2)	(119,7)	32,7	(22,1)	(54,8)	(167,6)
(=) Resultado antes das financeiras (EBIT)	721,8	833,6	111,8	15,5	2.044,9	2.274,6	229,7	11,2
(+) Depreciação e amortização	180,2	208,4	28,2	15,6	543,7	600,3	56,6	10,4
(=) EBITDA Ajustado*	902,0	1.042,0	140,0	15,5	2.588,6	2.874,9	286,3	11,1
(%) Margem EBITDA ajustada	33,3	37,6			33,3	35,0		

(*) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.

No 3T13, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2,8 bilhões, um acréscimo de 2,3% em relação ao 3T12.

Os custos e despesas somados aos custos de construção apresentaram um decréscimo de 2,4%, passando de R\$ 2,0 bilhões no 3T12 para R\$ 1,9 bilhão no 3T13.

O EBIT avançou 15,5%, passando de R\$ 721,8 milhões no 3T12 para R\$ 833,6 milhões no 3T13.

O EBITDA ajustado passou de R\$ 902,0 milhões no 3T12 para R\$ 1.042,0 milhões no 3T13, um aumento de 15,5%.

A margem EBITDA ajustada passou de 33,3% no 3T12 para 37,6% no 3T13. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA ajustada resulta em 46,4% no 3T13 (42,4% no 3T12).

O lucro líquido passou de R\$ 361,8 milhões no 3T12 para R\$ 475,0 milhões no 3T13, um avanço de 31,3%.

2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto apresentou um acréscimo de R\$ 130,3 milhões ou 5,8%, passando de R\$ 2,3 bilhões no 3T12 para R\$ 2,4 bilhões no 3T13.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo mencionado foram:

- Reajuste tarifário de 5,15%, aplicado desde setembro de 2012;
- Aplicação do índice de reposicionamento tarifário de 2,35%, desde abril de 2013; e
- Aumento no volume faturado total em 2,0%, sendo 1,9% em água e 2,1% em esgoto.

(1)TACE (Técnico de Atendimento Comercial Externo) - possibilita a leitura e a emissão da conta de água e esgoto no mesmo momento e na porta da casa do cliente. Assim, é possível que o morador tire suas dúvidas de consumo com mais comodidade. Além disso, o técnico pode emitir segunda via de conta, solicitar consertos ou outros serviços, dar dicas de economia de água e fazer alterações cadastrais.

Comentário do Desempenho

O crescimento da receita abaixo do esperado se deve à conclusão da implantação dos serviços realizados pelo TACE⁽¹⁾ nos municípios do interior no 2T12, ocasionando uma diminuição na quantidade de dias não faturados pelo fornecimento de água, gerando uma menor estimativa de receita no mês de junho de 2012. Essa redução na estimativa provocou uma menor reversão no mês de julho de 2012, afetando significativamente as variações apresentadas nos períodos analisados.

Desconsiderando tal fato, não recorrente, a receita operacional teria apresentado um crescimento aproximado de 10,0%.

3. Receita de construção

A receita de construção apresentou um decréscimo de R\$ 60,9 milhões ou 9,9%, quando comparada com o 3T12. Apesar da queda apresentada no trimestre a variação acumulada nos 9 meses apresenta uma redução de apenas 2,1%.

4. Volume faturado

Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso e região, no 3T12, 3T13, 9M12 e 9M13.

VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO – milhões de m ³									
Por Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	3T12	3T13	Var. %	3T12	3T13	Var. %	3T12	3T13	Var. %
Residencial	380,3	387,2	1,8	314,6	322,2	2,4	694,9	709,4	2,1
Comercial	43,6	43,8	0,5	40,4	40,7	0,7	84,0	84,5	0,6
Industrial	9,5	10,0	5,3	10,8	11,0	1,9	20,3	21,0	3,4
Pública	14,4	13,8	(4,2)	11,2	10,7	(4,5)	25,6	24,5	(4,3)
Total varejo	447,8	454,8	1,6	377,0	384,6	2,0	824,8	839,4	1,8
Atacado	74,8	74,5	(0,4)	7,5	7,9	5,3	82,3	82,4	0,1
Água de Reuso	0,1	3,2	-	-	-	-	0,1	3,2	-
Total Geral	522,7	532,5	1,9	384,5	392,5	2,1	907,2	925,0	2,0
Por Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	9M12	9M13	Var. %	9M12	9M13	Var. %	9M12	9M13	Var. %
Residencial	1.136,4	1.159,9	2,1	936,9	962,1	2,7	2.073,3	2.122,0	2,3
Comercial	129,1	130,6	1,2	119,9	121,5	1,3	249,0	252,1	1,2
Industrial	28,4	29,3	3,2	31,7	33,3	5,0	60,1	62,6	4,2
Pública	41,6	40,7	(2,2)	32,3	31,6	(2,2)	73,9	72,3	(2,2)
Total varejo	1.335,5	1.360,5	1,9	1.120,8	1.148,5	2,5	2.456,3	2.509,0	2,1
Atacado	221,8	223,5	0,8	21,0	22,7	8,1	242,8	246,2	1,4
Água de Reuso	0,3	11,8	-	-	-	-	0,3	11,8	-
Total Geral	1.557,6	1.595,8	2,5	1.141,8	1.171,2	2,6	2.699,4	2.767,0	2,5
VOLUME FATURADO ⁽¹⁾ DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO – milhões de m ³									
Por Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	3T12	3T13	Var. %	3T12	3T13	Var. %	3T12	3T13	Var. %
Metropolitana	296,6	300,9	1,4	252,9	257,0	1,6	549,5	557,9	1,5
Regional (2)	151,2	153,9	1,8	124,1	127,6	2,8	275,3	281,5	2,3
Total varejo	447,8	454,8	1,6	377,0	384,6	2,0	824,8	839,4	1,8
Atacado	74,8	74,5	(0,4)	7,5	7,9	5,3	82,3	82,4	0,1
Água de Reuso	0,1	3,2	-	-	-	-	0,1	3,2	-
Total Geral	522,7	532,5	1,9	384,5	392,5	2,1	907,2	925,0	2,0
Por Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	9M12	9M13	Var. %	9M12	9M13	Var. %	9M12	9M13	Var. %
Metropolitana	880,0	896,6	1,9	748,9	764,5	2,1	1.628,9	1.661,1	2,0
Regional (2)	455,5	463,9	1,8	371,9	384,0	3,3	827,4	847,9	2,5
Total varejo	1.335,5	1.360,5	1,9	1.120,8	1.148,5	2,5	2.456,3	2.509,0	2,1
Atacado	221,8	223,5	0,8	21,0	22,7	8,1	242,8	246,2	1,4
Água de Reuso	0,3	11,8	-	-	-	-	0,3	11,8	-
Total Geral	1.557,6	1.595,8	2,5	1.141,8	1.171,2	2,6	2.699,4	2.767,0	2,5

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

Comentário do Desempenho

5. Custos, despesas administrativas, comerciais e de construção

No 3T13, os custos, despesas administrativas, comerciais e de construção tiveram um decréscimo de 2,4% (R\$ 48,1 milhões). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, os custos e despesas apresentaram um acréscimo de 0,8%. A participação dos custos e despesas na receita líquida baixou de 73,4% no 3T12 para 70,0% no 3T13.

R\$ milhões

	3T12	3T13	Variação		9M12	9M13	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Salários e encargos	426,7	489,1	62,4	14,6	1.276,6	1.442,9	166,3	13,0
Materiais gerais	46,1	48,8	2,7	5,9	129,8	142,4	12,6	9,7
Materiais de tratamento	39,1	63,6	24,5	62,7	135,1	183,7	48,6	36,0
Serviços	261,5	285,0	23,5	9,0	779,1	808,9	29,8	3,8
Energia elétrica	144,8	133,1	(11,7)	(8,1)	442,8	410,9	(31,9)	(7,2)
Despesas gerais	209,7	134,0	(75,7)	(36,1)	501,2	535,8	34,6	6,9
Despesas fiscais	10,7	11,3	0,6	5,6	56,8	63,2	6,4	11,3
Sub-total	1.138,6	1.164,9	26,3	2,3	3.321,4	3.587,8	266,4	8,0
Depreciação e amortização	180,2	208,4	28,2	15,6	543,7	600,3	56,6	10,4
Baixa de crédito	70,6	27,7	(42,9)	(60,8)	146,0	83,9	(62,1)	(42,5)
Sub-total	250,8	236,1	(14,7)	(5,9)	689,7	684,2	(5,5)	(0,8)
Custos e despesas	1.389,4	1.401,0	11,6	0,8	4.011,1	4.272,0	260,9	6,5
Custos de construção	599,2	539,5	(59,7)	(10,0)	1.704,1	1.668,6	(35,5)	(2,1)
Custos, desp. adm, comerciais e de construção	1.988,6	1.940,5	(48,1)	(2,4)	5.715,2	5.940,6	225,4	3,9
% sobre a receita líquida	73,4	70,0			73,6	72,3		

5.1. Salários e encargos

No 3T13 ocorreu um acréscimo de R\$ 62,4 milhões ou 14,6% nos salários e encargos, passando de R\$ 426,7 milhões para R\$ 489,1 milhões, em decorrência dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,0% desde maio de 2013, associado à implantação do novo plano de cargos e salários da Companhia, com impacto de aproximadamente R\$ 27,8 milhões;
- Acréscimo na provisão referente ao TAC aposentados, no montante de R\$ 9,8 milhões, devido principalmente ao reajuste salarial de 8,0% aplicado desde maio de 2013, associado à movimentação do período;
- Acréscimo de R\$ 9,7 milhões na provisão do Plano de Benefício Definido, em função de mudanças nas premissas atuariais;
- Acréscimo de R\$ 3,2 milhões nas despesas com refeições, devido principalmente ao reajuste de 13,6% sobre o valor do vale refeição, ocorrido em maio de 2013, firmado em acordo coletivo; e
- Acréscimo de R\$ 2,4 milhões referente ao Programa de Participação no Resultado, devido principalmente ao reajuste salarial ocorrido em maio de 2013, firmado em acordo coletivo, associado à implantação do novo plano de cargos e salários da Companhia.

5.2. Materiais gerais

No 3T13 houve um acréscimo de R\$ 2,7 milhões ou 5,9%, quando comparado ao ano anterior, passando de R\$ 46,1 milhões para R\$ 48,8 milhões, relacionados principalmente à manutenção preventiva em diversos sistemas de operação de água e esgoto, no valor de R\$ 2,6 milhões.

5.3. Materiais de tratamento

Os gastos no 3T13 foram superiores aos do 3T12 em R\$ 24,5 milhões ou 62,7%, passando de R\$ 39,1 milhões para R\$ 63,6 milhões. Essa variação está relacionada, principalmente, aos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

- Acréscimo de R\$ 6,9 milhões em função do maior consumo de carvão ativado na Estação de Tratamento de Água – ETA Taiapuê, devido à proliferação de algas ocorrida nas represas que atendem ao sistema;
- Acréscimo de R\$ 6,2 milhões nos custos com policloreto de alumínio e nitrato de amônia, principalmente pelo reajuste no preço dos produtos;
- Aumento no consumo de sulfato férrico, com acréscimo de R\$ 2,0 milhões, especialmente na ETA Rio Grande, pela maior turbidez apresentada na água bruta;
- Maior consumo de peróxido de hidrogênio, com acréscimo de R\$ 1,7 milhão, devido principalmente ao aumento no consumo do produto nas estações de tratamento de água Taiapuê e Jundiá, pela proliferação de algas; e
- Maior consumo de cloro, com acréscimo de R\$ 1,5 milhão, principalmente pela maior necessidade de desinfecção na água bruta das ETA's Baixo Cotia e Rodolfo, associada ao reajuste ocorrido no preço do produto.

5.4. Serviços

No 3T13 este item apresentou acréscimo de R\$ 23,5 milhões ou 9,0%, passando de R\$ 261,5 milhões para R\$ 285,0 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- Acréscimo de R\$ 12,5 milhões, decorrente da reversão de provisão com despesas, efetuada no 3T12, referente ao encerramento do convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo ; e
- Acréscimo de R\$ 6,6 milhões nas despesas com manutenção de redes de esgoto, pela intensificação na manutenção preventiva em diversas áreas de atuação da Companhia.

5.5. Energia elétrica

Apresentou um decréscimo de R\$ 11,7 milhões ou 8,1%, passando de R\$ 144,8 milhões no 3T12 para R\$ 133,1 milhões no 3T13, associado principalmente à redução média de 22,7% nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), como consequência da MP nº 579/12 e Lei nº 12.783/13.

5.6. Despesas gerais

Decréscimo de R\$ 75,7 milhões ou 36,1%, passando de R\$ 209,7 milhões no 3T12 para R\$ 134,0 milhões no 3T13. O decréscimo apresentado deve-se, principalmente, ao complemento de provisão com riscos trabalhistas ocorrido no 3T12, no valor de R\$ 27,9 milhões, associado às reversões ocorridas, no 3T13, na provisão de riscos ambientais, no valor de R\$ 19,7 milhões e civis, no valor de R\$ 14,8 milhões.

5.7. Depreciação e Amortização

Acréscimo de R\$ 28,2 milhões ou 15,6%, passando de R\$ 180,2 milhões no 3T12 para R\$ 208,4 milhões no 3T13, resultante da transferência de obras, com aumento líquido de R\$ 2,1 bilhões, para o ativo intangível operacional.

5.8. Baixa de créditos

Decréscimo de R\$ 42,9 milhões ou 60,8%, variando de R\$ 70,6 milhões no 3T12 para R\$ 27,7 milhões no 3T13, principalmente em função da necessidade de complemento das provisões efetuadas no 3T12, no total de R\$ 41,2 milhões.

Comentário do Desempenho

6. Outras receitas/despesas operacionais

As outras receitas/despesas operacionais apresentaram uma variação positiva de R\$ 71,2 milhões, principalmente, por:

- Decréscimo de R\$ 69,3 milhões nas outras despesas operacionais, especialmente por: (i) indício de perdas no valor recuperável do ativo intangível, ocorrido no 3T12, no valor de R\$ 35,1 milhões; e (ii) provisão para perdas com inventário do ativo intangível, ocorrido no 3T12, no valor de R\$ 35,1 milhões.

7. Financeiras líquidas

	<i>R\$ milhões</i>			
	3T12	3T13	Variação	%
Despesas financeiras, líquidas das receitas	(84,1)	(45,0)	39,1	(46,5)
Variações monetárias líquidas	(25,2)	(74,9)	(49,7)	197,2
Financeiras Líquidas	(109,3)	(119,9)	(10,6)	9,7

7.1. Despesas financeiras, líquidas das receitas

	<i>R\$ milhões</i>			
	3T12	3T13	Variação	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	75,0	63,0	(12,0)	(16,0)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	22,5	18,7	(3,8)	(16,9)
Outras despesas financeiras	41,2	22,9	(18,3)	(44,4)
Total das despesas financeiras	138,7	104,6	(34,1)	(24,6)
Receitas financeiras	54,6	59,6	5,0	9,2
Despesas financeiras, líquidas das receitas	84,1	45,0	(39,1)	(46,5)

7.1.1. Despesas financeiras

Decréscimo de R\$ 34,1 milhões, ou 24,6% no total das despesas financeiras. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- Outras despesas financeiras: decréscimo de R\$ 18,3 milhões, decorrente da redução nos juros sobre provisão de processos judiciais; e
- Redução de R\$ 12,0 milhões nos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos, decorrente da troca de dívida pela emissão da 17ª debênture em fevereiro de 2013 e liquidação antecipada do saldo da 11ª debênture.

7.1.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 5,0 milhões, fundamentalmente pela aplicação de juros sobre acordos de parcelamentos, associada aos rendimentos obtidos sobre aplicações financeiras.

7.2. Variações monetárias líquidas

	<i>R\$ milhões</i>			
	3T12	3T13	Variação	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	0,3	0,3	-	-
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	23,1	86,7	63,6	275,3
Outras variações monetárias/cambiais	15,4	3,4	(12,0)	(77,9)
Variações monetárias passivas	38,8	90,4	51,6	133,0
Variações monetárias ativas	13,6	15,5	1,9	14,0
Variações monetárias líquidas	25,2	74,9	49,7	197,2

Comentário do Desempenho

7.2.1. Variações monetárias passivas

O efeito nas variações monetárias passivas no 3T13 foi R\$ 51,6 milhões superior ao 3T12, com destaque para:

- Acréscimo de R\$ 63,6 milhões nas despesas com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, decorrente principalmente da menor capitalização destas despesas no ativo intangível em 2013; e
- Decréscimo de R\$ 12,0 milhões em outras variações monetárias/cambiais, basicamente pela maior provisão de processos judiciais ocorrida no 3T12, gerando um decréscimo de R\$ 13,2 milhões no período.

7.2.2. Variações monetárias ativas

As variações monetárias ativas apresentaram um acréscimo de R\$ 1,7 milhão no 3T13 motivado, principalmente, pelas atualizações ocorridas sobre acordos de parcelamento.

8. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram acréscimo de R\$ 59,2 milhões, em função do aumento ocorrido no lucro tributável do período.

9. Indicadores operacionais

O índice de perdas de água continua apresentando queda e fechou o 3T13 trimestre em 25%. Cabe lembrar que, dos recursos obtidos junto à JICA no início de 2012, que totalizam aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, cerca de R\$ 1 bilhão, que correspondem a execução de serviços e gerenciamento do Programa, estão em fase final de contratação. Os demais R\$ 500 milhões, referentes a obras, serão realizados a partir de 2015.

Indicadores Operacionais*	3T12	3T13	Var. %
Ligações de água ⁽¹⁾	7.627	7.833	2,7
Ligações de esgoto ⁽¹⁾	6.073	6.278	3,4
População atendida diretamente em água ⁽²⁾	24,2	24,5	1,2
População atendida em esgoto ⁽²⁾	20,9	21,3	1,9
Número de empregados	14.666	15.097	2,9
Volume produzido de água ⁽³⁾	2.285	2.273	(0,5)
Perdas de Água (%)	25,8	25,0	(3,1)

(1) Em milhares de unidades no final do período

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

(3) Em milhões de m³ acumulado no final do período

*Não auditado

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 364 municípios do Estado de São Paulo, sendo que o município de Mogi das Cruzes possui dois contratos parciais de concessão, um renovado e outro a vencer, sendo que na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos.

A SABESP não está operando temporariamente em alguns municípios por força de decisão judicial, cujos processos encontram-se em andamento, são eles: Iperó, Cajobi, Álvares Florense, Macatuba e Embaúba, sendo o valor contábil do intangível desses municípios em 30 de setembro de 2013 de R\$ 11.352.

Encontram-se vencidas, em 30 de setembro de 2013, 62 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2013 e 2034 vencerão 38 concessões. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 30 de setembro de 2013, foram assinados 265 contratos de programa e metropolitano (em 31 de dezembro de 2012 – 258 contratos).

Em 30 de setembro de 2013, o valor contábil do intangível utilizado nos 62 municípios em negociação totaliza R\$ 5.893.872, que representa 25,32% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.394.501, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, que representa 15,99% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 51,56% da receita bruta em 30 de setembro de 2013 (setembro/2012 – 51,39%) e 42,56% do ativo intangível (dezembro/2012 – 43,51%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribuiu à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o

Notas Explicativas

Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 30 de setembro de 2013 do município de Santos era de R\$ 335.469 (dezembro/2012 – R\$ 328.693) e a receita bruta para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 182.983 (setembro/2012 – R\$ 165.512).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002. Em 2007, a SABESP passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBovespa, o que reflete o alto grau de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e as práticas de cunho social.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2013.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(i) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2013 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das informações

Notas Explicativas

Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 30 de setembro de 2013, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com CPCs e IFRS para o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

2.1 Políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos efeitos das novas práticas contábeis adotadas a partir de 1º de janeiro de 2013, demonstradas abaixo. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, essas políticas estão divulgadas na Nota 3.

A partir de 1º de janeiro de 2013, novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis entraram em vigor. Essas informações trimestrais já contemplam a adoção dessas alterações, as quais também apresentam impactos retrospectivos.

A adoção retrospectiva dos CPCs 19(R2) e 33(R1) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou os seguintes ajustes:

	31 de dezembro de 2012			Após a aplicação dos CPC's
	Original	Efeitos do CPC 19(R2) (a)	Efeitos do CPC 33(R1) (b)	
Ativo				
Total do ativo circulante	3.336.865	(6.267)	-	3.330.598
Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.356	(5.459)	9.405	145.302
Investimentos	-	20.826	-	20.826
Intangível	21.991.922	(24.396)	-	21.967.526
Imobilizado	383.383	(186.673)	-	196.710
Total do ativo não circulante	23.338.928	(202.834)	9.405	23.145.499
Total do Ativo	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19(R2) (a)	Efeitos do CPC 33(R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Passivo e patrimônio líquido				
Total do passivo circulante	3.797.370	(39.181)	-	3.758.189
Empréstimos e financiamentos	7.701.929	(169.268)	-	7.532.661
Total do passivo não circulante	11.162.846	(169.920)	468.220	11.461.146
Total do passivo	14.960.216	(209.101)	468.220	15.219.335
Total do patrimônio líquido	11.715.577	-	(458.815)	11.256.762
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

(a) Adoção do CPC 19(R2)

As empresas investidas em conjunto (Nota 9) passaram a ser classificadas como joint venture estando sujeitas ao reconhecimento contábil pelo método da equivalência patrimonial (CPC 18(R2)). Tal mudança implicou na alteração da consolidação proporcional para contabilização do investimento pelo método da equivalência patrimonial.

A adoção da CPC 19(R2) resultou em alterações na consolidação dos investimentos mantidos pela Companhia na Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho, Sanequa Mairinque S.A., Aquapolo Ambiental S.A. e Attend Ambiental S/A.

(b) Adoção do CPC 33(R1)

A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do “corredor”, onde os ganhos e perdas decorrentes de alterações em premissas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do “corredor” e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios; portanto, os ganhos e perda atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente. Como resultado deste método o valor reconhecido no passivo diferia do valor presente estimado das obrigações pelo valor dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos.

Com a adoção da nova norma contábil a SABESP passou a contabilizar no balanço patrimonial o efeito total das perdas atuariais líquidas de imposto de renda e contribuição social, com contrapartida em outros resultados abrangentes; ou seja, sem transitar pelo resultado do exercício. Esta contabilização foi feita nas informações contábeis intermediárias de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012.

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram contabilizados apenas para o plano G1, uma vez que as despesas do plano G0 são consideradas indedutíveis.

Abaixo é apresentada a reconciliação dos novos saldos patrimoniais das obrigações atuariais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2012, afetados pela alteração na norma:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G1	577.169	538.619
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	<u>27.663</u>	<u>(103.892)</u>
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	604.832	434.727
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G0	1.547.161	1.512.078
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	<u>440.557</u>	<u>69.522</u>
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	1.987.718	1.581.600
Saldo total das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	<u><u>2.592.550</u></u>	<u><u>2.016.327</u></u>

Em função do ajuste descrito acima decorrente da adoção do CPC 33(R1), os saldos das rubricas “Impostos diferidos” no ativo não circulante, “Obrigações previdenciárias” no passivo não circulante e “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012, relativos aos períodos comparativos à essa informação contábil intermediária, foram ajustados da seguinte maneira:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>			<u>1º de janeiro de 2012</u>		
	<u>Saldo original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>	<u>Saldo original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Ativo não circulante						
Impostos diferidos	<u>135.897</u>	<u>9.405</u>	<u>145.302</u>	<u>177.926</u>	<u>(35.323)</u>	<u>142.603</u>
Passivo não circulante						
Obrigações previdenciárias	<u>2.124.330</u>	<u>468.220</u>	<u>2.592.550</u>	<u>2.050.697</u>	<u>(34.370)</u>	<u>2.016.327</u>
Patrimônio líquido						
Outros resultados abrangentes	<u>11.715.577</u>	<u>(458.815)</u>	<u>11.256.762</u>	<u>10.545.896</u>	<u>(953)</u>	<u>10.544.943</u>

Notas Explicativas

A adoção do CPC 33(R1) não implicou em ajustes nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa apresentados neste formulário.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazo em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco; no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.567.740 em 30 de setembro de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 3.231.183). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012 Reapresentado	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.161.032	2.589.101	1.136.274	2.321.976
Empréstimos e financiamentos – Iene	41.468.167	940.498	37.535.650	890.346
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		35.605		12.487
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		2.536		6.374
Total da exposição		3.567.740		3.231.183
Custo de captação		(17.455)		(15.422)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira		3.550.285		3.215.761

Em 30 de setembro de 2013, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos em 30 de setembro de 2013 teria sido de R\$ 356.774 (exercício findo em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 323.118), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 30 de setembro de 2013 (Passiva) em US\$	1.161.032	1.161.032	1.161.032
Taxa do US\$ em 30 de setembro de 2013	2,2300	2,2300	2,2300
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,4000	3,0000	3,6000
Diferença entre as taxas	(0,1700)	(0,7700)	(1,3700)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ (perda)	(197.375)	(893.995)	(1.590.614)
Exposição cambial líquida em 30 de setembro de 2013 (Passiva) em Iene	41.468.167	41.468.167	41.468.167
Taxa do Iene em 30 de setembro de 2013	0,02268	0,02268	0,02268
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02349	0,02936	0,03524
Diferença entre as taxas	(0,00081)	(0,00668)	(0,01256)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ (perda)	(33.589)	(277.007)	(520.840)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ (perda)	(230.964)	(1.171.002)	(2.111.454)

(*) Para o cenário provável em moeda estrangeira (dólar e iene) foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 30 de setembro de 2013, conforme BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para se proteger desse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
TR ⁽ⁱ⁾	1.746.298	2.019.924
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.212.010	1.799.830
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	805.676	845.913
IPCA ^(iv)	1.321.471	697.385
LIBOR ^(v)	1.395.203	1.243.058
Juros e encargos	99.009	95.475
Total	<u>6.579.667</u>	<u>6.701.585</u>

(i) TR - Taxa de Referência

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 30 de setembro de 2013, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 antes dos impostos teria sido de R\$ 65.796 (exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 67.015) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Notas Explicativas

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas, Notas 5, 6, 7 e 8.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.826.850	1.913.893
Outros (*)	1.920	2.081
	<u>1.828.770</u>	<u>1.915.974</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

<u>Contraparte</u>	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender seus investimentos e despesas operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Outubro a Dezembro de 2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Em 30 de setembro de 2013							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	248.398	1.052.990	1.479.365	1.373.330	1.033.674	7.416.153	12.603.910
Empreiteiros e fornecedores	217.658	-	-	-	-	-	217.658
Serviços a pagar	303.688	-	-	-	-	-	303.688
Obrigações previdenciárias	57.352	235.667	242.192	249.770	257.442	1.880.988	2.923.411
Parceria Público-Privada – PPP	10.481	41.925	41.925	41.925	41.925	262.027	440.208
Compromissos Contrato de Programa	138.592	36.228	77.799	4.242	1.900	37.555	296.316
Outras obrigações	120.124	157.993	-	-	-	-	278.117
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total Reapresentado
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.743.344	1.221.613	1.660.890	1.100.013	779.905	5.678.481	12.184.246
Empreiteiros e fornecedores	295.392	-	-	-	-	-	295.392
Serviços a pagar	389.091	-	-	-	-	-	389.091
Obrigações previdenciárias	229.406	235.667	242.192	249.770	257.442	1.880.988	3.095.465
Parceria Público-Privada – PPP	41.925	41.925	41.925	41.925	41.925	305.193	514.818
Compromissos Contrato de Programa	160.784	11.227	66.052	4.222	1.911	37.204	281.400
Outras obrigações	159.055	168.766	-	-	-	-	327.821

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia implicará no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

Notas Explicativas

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

30 de setembro de 2013				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativo				
CDI	1.739.277	9,7500% (*)	7,3125% (***)	4,8750% (***)
Receita financeira		169.579	127.185	84.790
Passivo				
CDI	1.212.010	9,7500% (*)	7,3125% (***)	4,8750% (***)
Juros a incorrer		(118.171)	(88.628)	(59.085)
Exposição líquida - CDI	527.267	51.408	38.557	25.705
Passivo				
TR	1.746.298	0,0106% (*)	0,0133%	0,0159%
Despesa a incorrer		(185)	(232)	(278)
IPCA	1.321.471	5,9700% (*)	7,4625%	8,9550%
Despesa a incorrer		(78.892)	(98.615)	(118.338)
TJLP	805.676	5,0000% (*)	6,2500%	7,5000%
Juros a incorrer		(40.283)	(50.355)	(60.426)
LIBOR	1.395.203	0,3113% (**)	0,3891%	0,4669%
Juros a incorrer		(4.343)	(5.429)	(6.514)
Despesas totais líquidas a incorrer		<u>(72.295)</u>	<u>(116.074)</u>	<u>(159.851)</u>

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 27/09/2013

(**) Fonte do índice: Bloomberg

(***) Cenário com redução de 25% e 50%, pois a exposição líquida da Companhia, em CDI, é positiva.

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 30 de setembro de 2013 ou até a data dos vencimentos dos contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Total de empréstimos e financiamentos	9.085.183	8.875.255
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.828.770)</u>	<u>(1.915.974)</u>
Dívida líquida	7.256.413	6.959.281
Total do patrimônio líquido	<u>12.509.395</u>	<u>11.256.762</u>
Capital total	<u>19.765.808</u>	<u>18.216.043</u>
Índice de alavancagem	<u>37%</u>	<u>38%</u>

Em 30 de setembro de 2013, o índice de alavancagem diminuiu para 37% em comparação aos 38% de 31 de dezembro de 2012, devido ao aumento do capital próprio decorrente do lucro apurado no período.

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

3.4 Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Água – ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Notas Explicativas

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábil	Valor justo	Reapresentado Valor contábil	Reapresentado Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.828.770	1.828.770	1.915.974	1.915.974
Caixa restrito	10.473	10.473	64.977	64.977
Contas a receber de clientes	1.396.851	1.396.851	1.374.632	1.374.632
Saldos com partes relacionadas	256.338	256.338	262.371	262.371
Agência Nacional de Água – ANA	104.967	104.967	108.099	108.099
Demais contas a receber	172.243	172.243	141.027	141.027
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (i) a (vii)	9.085.183	9.415.566	8.875.255	9.201.317
Empreiteiros e fornecedores	217.658	217.658	295.392	295.392
Serviços a pagar	303.688	303.688	389.091	389.091
Compromissos contratos de programa	256.141	256.141	235.627	235.627
Parceria Público-Privada - PPP	346.063	346.063	356.317	356.317

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.

Notas Explicativas

- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 30 de setembro de 2013.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 30 de setembro de 2013.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 30 de setembro de 2013.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos a data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Não houve alteração em relação ao apresentado nas Demonstrações Financeiras Anuais em 31 de dezembro de 2012, conforme Nota 5.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Caixa e bancos	89.493	119.397
Equivalentes de caixa	1.739.277	1.796.577
	<u>1.828.770</u>	<u>1.915.974</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em setembro de 2013 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,72% do CDI (dezembro/2012 – 100,01%).

Notas Explicativas

6. CAIXA RESTRITO

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 10.473, referente, principalmente ao contrato no município de São Paulo, onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal (dezembro/2012 – R\$ 64.977).

A variação ocorrida no período de janeiro a setembro de 2013 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, refere-se principalmente a liberação da restrição de uso dos recursos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

(a) Saldos patrimoniais

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	947.902	949.800
Acordos (iii)	<u>269.005</u>	<u>249.470</u>
	<u>1.216.907</u>	<u>1.199.270</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	638.782	610.779
Federais	3.710	3.150
Acordos (iii)	<u>176.339</u>	<u>181.271</u>
	<u>818.831</u>	<u>795.200</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	637.329	578.314
Mauá	315.038	281.398
Mogi das Cruzes	15.598	15.202
Santo André	679.465	620.276
São Caetano do Sul	2.317	2.072
Diadema	<u>199.439</u>	<u>180.465</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais	<u>1.849.186</u>	<u>1.677.727</u>
Fornecimento a faturar	<u>431.578</u>	<u>425.843</u>
Subtotal	4.316.502	4.098.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.919.651)</u>	<u>(2.723.408)</u>
Total	<u>1.396.851</u>	<u>1.374.632</u>

Notas Explicativas

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Circulante	1.022.812	1.038.945
Não circulante (v)	<u>374.039</u>	<u>335.687</u>
	<u>1.396.851</u>	<u>1.374.632</u>

No período de janeiro a setembro de 2013, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no ativo não circulante.

A movimentação é a seguinte:

	<u>Período de nove meses findo</u> <u>em 30 de setembro de 2013</u>	<u>Exercício de doze meses findo</u> <u>em 31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Saldo no início do período	1.677.727	1.486.342
Faturamento por serviços prestados	316.332	394.922
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(121.931)	(165.967)
Recebimentos – serviços dos exercícios anteriores	<u>(22.942)</u>	<u>(37.570)</u>
Saldo no final do período	<u>1.849.186</u>	<u>1.677.727</u>
Circulante	36.557	33.924
Não circulante	1.812.629	1.643.803

Notas Explicativas

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> Reapresentado
Valores a vencer	1.122.780	1.091.834
Vencidos:		
Até 30 dias	196.814	197.936
Entre 31 e 60 dias	91.774	97.426
Entre 61 e 90 dias	59.227	61.527
Entre 91 e 120 dias	51.324	50.729
Entre 121 e 180 dias	83.075	89.297
Entre 181 e 360 dias	161.885	139.788
Acima de 360 dias	<u>2.549.623</u>	<u>2.369.503</u>
Total vencidos	<u>3.193.722</u>	<u>3.006.206</u>
Total	<u><u>4.316.502</u></u>	<u><u>4.098.040</u></u>

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, onde os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela Sabesp. Estes valores estão registrados integralmente na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>30 de setembro de 2012</u> Reapresentado
Saldo no início do período	2.723.408	2.436.428
De particular/entidades públicas	69.335	95.904
Recuperações	(34.322)	(36.554)
De fornecimento por atacado	<u>161.230</u>	<u>158.012</u>
Adições no período	<u>196.243</u>	<u>217.362</u>
Saldo no final do período	<u><u>2.919.651</u></u>	<u><u>2.653.790</u></u>
Circulante	1.296.642	1.218.738
Não circulante	1.623.009	1.435.052

Notas Explicativas

Reconciliação provisão para perdas no resultado	Julho a Setembro/2013	Janeiro a Setembro/2013	Julho a Setembro/2012 Reapresentado	Janeiro a Setembro/2012 Reapresentado
Perdas (baixa)	13.472	45.478	23.261	59.964
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	2.474	3.433	26.685	26.685
Provisão particular/entidades públicas	23.442	69.335	30.769	95.904
Recuperações	<u>(11.703)</u>	<u>(34.322)</u>	<u>(10.103)</u>	<u>(36.554)</u>
Saldo	<u>27.685</u>	<u>83.924</u>	<u>70.612</u>	<u>145.999</u>

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012 Reapresentado</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto	125.077	113.027
Provisão para perdas	(50.964)	(47.531)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp	35.278	35.278
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal	6.214	8.499
Programa Se Liga na Rede	<u>14.320</u>	<u>-</u>
Total do circulante	<u>129.925</u>	<u>109.273</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP	<u>126.413</u>	<u>153.098</u>
Total do não circulante	<u>126.413</u>	<u>153.098</u>

Notas Explicativas

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Total de recebíveis do acionista	256.338	262.371
Prestação de serviços de água e esgoto	74.113	65.496
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	167.905	196.875
Programa Se Liga na Rede	14.320	-
Total	256.338	262.371
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	-	228.214

	<u>Julho a Setembro/2013</u>	<u>Julho a Setembro/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Faturamento bruto de vendas e serviços prestados		
Venda de água	59.811	55.070
Serviços de esgoto	52.173	48.812
Recebimentos de partes relacionadas	(106.987)	(112.880)
Receitas financeiras	36.369	34.126
Recebimento de reembolso GESP referente à Lei 4.819/58	(26.908)	(30.124)

No período de janeiro a setembro de 2013, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Ver detalhes adicionais e explicações sobre as naturezas das transações com partes relacionadas na Nota 9 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a SABESP possui ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme abaixo:

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Valores controversos a receber	698.018	654.927
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê	696.283	696.283
Total	1.394.301	1.351.210

Notas Explicativas

Durante o período de janeiro a setembro de 2013, não houve alterações importantes nas negociações nem no andamento das ações judiciais. Ver detalhes adicionais e explicações sobre a natureza destas contingências ativas na Nota 9 (vii) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(c) Acordos para utilização de Reservatórios

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o pagamento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings, que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios, mas já participa dos custos de manutenção do reservatório Guarapiranga. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Inicialmente foram ajuizadas pela EMAE, duas cautelares para interrupção da prescrição e uma ação judicial para instituição de compromisso arbitral, por força de uma cláusula compromissória existente no convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a antiga Light, no ano de 1958.

Entende a acionante que a divergência de entendimentos havida entre ela e a SABESP deveria ser resolvida no âmbito do Tribunal Arbitral, argumento rebatido pela SABESP que, por sua vez, defende não se vincular a um convênio do qual não fez parte.

Foi determinada a instituição do compromisso arbitral em fevereiro de 2013, decisão esta atacada por recurso de apelação, pendente de julgamento.

Em face deste recurso não possuir efeito suspensivo, a EMAE ingressou com pedido de instauração de procedimento arbitral junto ao Centro de Arbitragem Amcham. No mês de julho de 2013 a SABESP, através de recurso de Agravo de Instrumento, obteve a suspensão dos efeitos da sentença que determinou a instauração do procedimento arbitral, porém este foi julgado em 23 de outubro de 2013 negando o efeito suspensivo, razão pela qual a EMAE requereu o prosseguimento imediato do procedimento arbitral.

Paralelamente, em setembro do corrente ano, a EMAE ingressou com outra ação judicial, pretendendo igualmente, compensação financeira em razão da captação de água do reservatório Billings pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

Em defesa protocolada em 09 de outubro de 2013, entre vários argumentos, a SABESP alegou que tem a outorga não onerosa do direito de utilização de recursos hídricos superficiais para abastecimento público da região metropolitana de São Paulo, concedida pelo DAEE o que sustenta a legalidade de sua atuação. Sustenta ainda que a EMAE não é titular do direito de uso das águas do reservatório Billings, razão pela qual não tem o direito de exigir de terceiros qualquer indenização, compensação ou remuneração pelo uso das águas e, finalmente, que as limitações para o aproveitamento de todo o potencial das águas da Represa Billings para a geração de energia elétrica não se dá unicamente pela utilização desses recursos pela SABESP, mas também pela limitação jurídica que impede o bombeamento de águas servidas para esse reservatório.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo praticável, neste momento, estimar o valor envolvido.

Notas Explicativas

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a eles relacionados.

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. No terceiro trimestre de 2013 e 2012 foram pagos R\$ 3.254 e R\$ 3.030, respectivamente e, no período de janeiro a setembro de 2013 e 2012 foram pagos o montante de R\$ 9.722 e R\$ 9.148, respectivamente.

Os gastos com os funcionários de outras entidades à disposição da Sabesp no terceiro trimestre de 2013 e 2012 totalizaram R\$ 79 e R\$ 66, respectivamente, e no período de janeiro a setembro de 2013 e 2012 os gastos totalizaram R\$ 611 e R\$ 581, respectivamente.

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.772 e R\$ 958 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 969 referente a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 30 de setembro de 2013 é de R\$ 655.616 (dezembro/2012 – R\$ 604.832, com efeito da CPC 33(R1)). Ver detalhes adicionais na Nota 17.

(j) Remuneração da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foram de R\$ 844 e R\$ 805 para os períodos de julho a setembro de 2013 e ao mesmo período de 2012, respectivamente. No período de janeiro a setembro de 2013 e 2012 foram provisionados o montante de R\$ 2.468 e R\$ 2.380, respectivamente, e refere-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 140, referente ao programa de bônus dos Diretores, foi registrada no período de julho a setembro de 2013 (R\$ 285 – julho a setembro de 2012). No período de janeiro a setembro de 2013 e 2012 foram provisionados o montante de R\$ 426 e R\$ 822, respectivamente.

Notas Explicativas

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A, Águas de Castilho S.A e Aquapolo Ambiental S.A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012 foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Limite de crédito</u>	<u>Saldo principal desembolsado</u>	<u>Saldo de juros</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>
Águas de Andradina	3.467	1.427	61	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Águas de Castilho	675	403	17	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	1.115	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	<u>19.000</u>	<u>19.000</u>	<u>2.864</u>	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Totais	28.771	26.459	4.057		

(*) Os contratos de mútuo com as SPE's Águas de Andradina e Águas de Castilho têm seus vencimentos quando da liberação de recursos provenientes do contrato de Longo Prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, momento em que a mutuária liquidará todo e qualquer débito decorrente da atual abertura de crédito.

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica “Demais Contas a Receber”, sendo R\$ 1.830 de principal e R\$ 78 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 24.629 de principal e R\$ 3.979 de juros no Ativo Não Circulante. Em 30 de setembro de 2013 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 30.516 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 28.081). No período de janeiro a setembro de 2013, a receita financeira foi impactada em R\$ 2.435 (janeiro a setembro de 2012 – R\$ 1.137).

(l) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela Sabesp, que também é responsável pela execução das obras. Em 30 de setembro de 2013 o valor total com o programa foi de R\$ 17.900, sendo R\$ 14.320 registrado em saldos a receber com partes relacionadas e o montante de R\$ 3.580, registrado no grupo de intangível.

Notas Explicativas

9. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação nas seguintes investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia.

Embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo (joint venture – CPC 19(R2)).

Ver informações sobre as atividades destas empresas na Nota 2.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, não houve alterações significativas nas operações destas investidas.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Empresa	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Sesamm	6.548	5.760	788	460	36%	36%	18.189	15.999	2.189	1.278
Águas de Andradina	925	751	174	(122)	30%	30%	3.083	2.503	581	(407)
Águas de Castilho	645	474	171	98	30%	30%	2.149	1.580	569	327
Saneaqua Mairinque	671	722	(51)	400	30%	30%	2.235	2.407	(171)	1.333
Attend Ambiental	3.239	4.379	(1.140)	(511)	45%	45%	7.197	9.731	(2.533)	(1.136)
Aquapolo Ambiental	10.072	8.538	1.534	(3.968)	49%	49%	20.555	17.424	3.131	(8.098)
Total	22.100	20.624	1.476	(3.643)			53.408	49.644	3.766	(6.703)
Outros investimentos	575	202								
Total geral	22.675	20.826								

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 30 de setembro de 2013 o saldo de “Propriedades para investimento” é de R\$ 54.039 (dezembro/2012 – R\$ 54.046) e é mantido ao custo. Em 30 de setembro de 2013, o valor de mercado destas propriedades é de R\$ 295.538 (dezembro/2012 – R\$ 295.538). Os valores de mercado são avaliados ao final de cada exercício.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

(a) Saldos patrimoniais

	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	8.171.508	(1.390.640)	6.780.868	8.408.007	(1.511.813)	6.896.194
Contratos de concessão – valor econômico	1.718.389	(404.432)	1.313.957	1.402.854	(292.918)	1.109.936
Contratos de programa	6.258.848	(1.728.979)	4.529.869	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172
Contratos de programa – compromissos	698.518	(73.904)	624.614	627.989	(56.898)	571.091
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	11.232.961	(1.327.622)	9.905.339	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487
Licença de uso de software	132.459	(11.439)	121.020	55.615	(52.969)	2.646
Total	28.212.683	(4.937.016)	23.275.667	26.387.948	(4.420.422)	21.967.526

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2012		Renovação Contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	30 de setembro de 2013
	Reapresentado	Adições					
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial	6.896.194	208.998	(293.699)	1.046	(3.032)	(28.639)	6.780.868
Contratos de concessão - valor econômico	1.109.936	315.972	-	67	(86)	(111.932)	1.313.957
Contratos de programa	3.819.172	536.343	293.699	4.485	(1.126)	(122.704)	4.529.869
Contratos de programa – compromissos	571.091	70.528	-	-	-	(17.005)	624.614
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	9.568.487	631.709	-	41	(3.253)	(291.645)	9.905.339
Licença de uso de software	2.646	129.857	-	-	-	(11.483)	121.020
Total	21.967.526	1.893.407	-	5.639	(7.497)	(583.408)	23.275.667

Durante 2013 a Companhia renovou os seguintes contratos de programa:

Trimestre	Municípios	Prazo do contrato
1º/2013	Presidente Prudente e Embu-Guaçu	30 anos
2º/2013	Ibirá e Glicério	30 anos
3º/2013	Itatiba e Torrinhas	30 anos
3º/2013	Mogi das Cruzes (*)	40 anos

(*) Inclui a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto dos bairros da divisa de Mogi das Cruzes ao serviço já prestado de fornecimento de água tratada.

Notas Explicativas

(c) Serviços de construção

	Julho a Setembro de 2013		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	216.319	323.134	539.453
Reconhecimento da receita de construção	220.923	330.439	551.362

	Janeiro a Setembro de 2013		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	696.315	972.329	1.668.644
Reconhecimento da receita de construção	710.123	993.691	1.703.814

	Julho a Setembro de 2012 Reapresentado		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	234.957	364.220	599.177
Reconhecimento da receita de construção	239.681	372.552	612.233

	Janeiro a Setembro de 2012 Reapresentado		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	715.716	988.334	1.704.050
Reconhecimento da receita de construção	730.005	1.010.964	1.740.969

(d) Informações gerais

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013 não houve alterações significativas nos critérios de contabilização do intangível e modalidades de contratos. Ver informações adicionais na Nota 11 (d) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia possui obrigações registradas na conta "Compromissos Contratos de Programa" no passivo circulante (no montante de R\$ 158.261 e R\$ 148.220 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 97.880 e R\$ 87.407 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente).

Notas Explicativas

(e) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. No primeiro trimestre de 2013 iniciou-se a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP).

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 121.020 e R\$ 2.646, respectivamente.

(f) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou no período de julho a setembro de 2013 e 2012 o valor de R\$ 2.595 e R\$ 67, respectivamente, e para o período de janeiro a setembro de 2013 e 2012, o valor de R\$ 7.497 e R\$ 1.822, respectivamente, de bens adjacentes dos ativos intangíveis motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(g) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

No período de janeiro a setembro de 2013, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 163.975 com um taxa média de 3,55%. No período de janeiro a setembro de 2012 foi capitalizado R\$ 225.270 com um taxa média de 4,20% durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(h) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta significativamente aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o período de julho a setembro de 2013 e 2012 foi de R\$ 11.909 e R\$ 13.056, respectivamente, e para o período de janeiro a setembro de 2013 e 2012 foi de R\$ 35.170 e R\$ 36.919, respectivamente.

(i) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objetos dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. No período de julho a setembro de 2013, o total referente às desapropriações foi de R\$ 22.630 e para o período de janeiro a setembro de 2013 o total de desapropriações foi de R\$ 43.401 (julho a setembro/2012 – R\$ 3.089 e janeiro a setembro/2012 – R\$ 11.179).

Notas Explicativas

(j) Ativos dados em garantia

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 14). O débito relativo ao Paes foi totalmente pago em 120 meses, sendo que a última parcela foi quitada em 28 de junho de 2013.

(k) Parceria Público-Privada - PPP

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, era de R\$ 404.548 e R\$ 426.791, respectivamente.

Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a Sistema Produtor São Lourenço S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, tendo como valor estimado o montante de R\$ 6,0 bilhões, com o início das obras previsto para abril de 2014 (vide Nota 25).

(l) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 6,1 bilhões de obras em andamento em 30 de setembro de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 5,1 bilhões).

(m) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,9% em 30 de setembro de 2013 (setembro/2012 – 4,0%).

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

(a) Saldos patrimoniais

	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Depreciação			Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Terrenos	88.328	-	88.328	88.328	-	88.328
Edificações	54.116	(29.902)	24.214	56.339	(30.778)	25.561
Equipamentos	188.141	(128.022)	60.119	191.202	(121.569)	69.633
Equipamentos de transporte	11.362	(5.901)	5.461	13.882	(7.267)	6.615
Móveis e utensílios	16.612	(10.290)	6.322	16.203	(10.016)	6.187
Outros	1.344	(628)	716	1.109	(723)	386
	<u>359.903</u>	<u>(174.743)</u>	<u>185.160</u>	<u>367.063</u>	<u>(170.353)</u>	<u>196.710</u>

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2012			Baixas e alienações	Depreciação	30 de setembro de 2013
	Reapresentado	Adições	Transferências			
Terrenos	88.328	-	-	-	-	88.328
Edificações	25.561	-	(189)	(216)	(942)	24.214
Equipamentos	69.633	8.893	(3.273)	(301)	(14.833)	60.119
Equipamentos de transporte	6.615	1.473	(2.055)	-	(572)	5.461
Móveis e utensílios	6.187	760	(33)	(53)	(539)	6.322
Outros	386	434	(89)	-	(15)	716
	<u>196.710</u>	<u>11.560</u>	<u>(5.639)</u>	<u>(570)</u>	<u>(16.901)</u>	<u>185.160</u>

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente: edificações 2%; equipamentos 10,2%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012 foi 10,9% e 9,2%, respectivamente.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Circulante		Total	Circulante		Total
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	198.566	-	198.566	380.631	100.306	480.937
Debêntures 10ª Emissão	36.459	238.207	274.666	36.459	252.166	288.625
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	472.500	535.949	1.008.449
Debêntures 12ª Emissão	-	499.442	499.442	-	499.511	499.511
Debêntures 14ª Emissão	14.055	274.332	288.387	-	284.649	284.649
Debêntures 15ª Emissão	-	812.237	812.237	-	791.451	791.451
Debêntures 16ª Emissão	-	499.386	499.386	-	499.457	499.457
Debêntures 17ª Emissão	-	1.018.198	1.018.198	-	-	-
Caixa Econômica Federal	94.044	950.649	1.044.693	116.867	918.756	1.035.623
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	4.154	-	4.154
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	85.624	101.933	16.309	97.855	114.164
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	8.447	82.909	91.356	8.447	80.244	88.691
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	632	7.168	7.800	-	6.500	6.500
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	18.000	18.000	-	13.000	13.000
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	201.623	220.853	19.230	216.026	235.256
Arrendamento Mercantil	-	364.847	364.847	-	215.774	215.774
Outros	483	2.555	3.038	763	2.923	3.686
Juros e Demais Encargos	91.496	-	91.496	89.567	-	89.567
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	479.721	5.055.177	5.534.898	1.144.927	4.514.567	5.659.494

Notas Explicativas

Instituição financeira	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Reapresentado			Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank – BID US\$ 457.201 mil	85.082	927.985	1.013.067	77.967	770.494	848.461
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$ 35.658 mil	-	79.127	79.127	-	54.492	54.492
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	311.849	311.849	-	285.655	285.655
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	774.018	774.018	-	708.076	708.076
JICA 15– Iene 18.438.880 mil	26.136	392.058	418.194	27.335	437.371	464.706
JICA 18 – Iene 16.578.560 mil	23.500	352.168	375.668	24.578	392.894	417.472
JICA 17 – Iene 414.402 mil	-	9.105	9.105	-	7.524	7.524
JICA 19 – Iene 6.036.325 mil	-	136.114	136.114	-	1	1
BID 1983AB – US\$ 178.173 mil	53.391	341.611	395.002	48.926	361.587	410.513
Juros e Demais Encargos	38.141	-	38.141	18.861	-	18.861
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	226.250	3.324.035	3.550.285	197.667	3.018.094	3.215.761
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	705.971	8.379.212	9.085.183	1.342.594	7.532.661	8.875.255

Cotação de 30 de setembro de 2013 - US\$ 1,00 = R\$ 2,2300; ¥ 1,00 = R\$ 0,022680 (em 31 de dezembro de 2012 - US\$ 1,00 = R\$ 2,0435; ¥ 1,00 = R\$ 0,023720).

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Notas Explicativas

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA NACIONAL				
Banco do Brasil	GOV. EST. S. PAULO E RECURSOS PRÓPRIOS	2014	8,50%	TR
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 17ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	CDI + 0,75% (1ª série), 4,5% (2ª série), 4,75% (3ª série)	IPCA
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2013/32	6,8% (ponderado)	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP	
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2018/2025	TJLP + 6% / 12%	TR
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank – BID	GOVERNO FEDERAL	2016/2017/2025/2035	1,17% a 3,00% (i)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD – US\$ 35.658 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,45%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 18.438.880 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 16.578.560 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 414.402 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 6.036.325 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 178.173 mil	-	2023	2,4% a 2,9%	US\$

Notas Explicativas

A Companhia apresentou abaixo as principais movimentações em empréstimos e financiamentos para o período findo em 30 de setembro de 2013. As demais informações sobre empréstimos e financiamentos estão apresentadas na Nota 13 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

(i) 17ª emissão de Debêntures

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu a 17ª Emissão de Debêntures Simples. As debêntures são da forma nominativa, escritural, não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em três séries, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de janeiro de 2013.

Valor Total: R\$ 1.000.000, quantidade 100.000, em três séries, valor unitário R\$ 10.

	<u>Valor</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	424.680	-	DI+ 0,75% a.a.	Semestral (janeiro e julho)	Anual (a partir de janeiro 2016)	Janeiro/2018
2ª Série	395.230	IPCA	4,50% a.a.	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro 2019)	Janeiro/2020
3ª Série	180.090	IPCA	4,75% a.a.	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro 2021)	Janeiro/2023
Total	<u>1.000.000</u>					

Resgate Antecipado: não haverá

Os recursos provenientes da captação por meio da 17ª Emissão das Debêntures foram destinados, exclusivamente, da seguinte forma: R\$ 500.000 para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013, e até R\$ 500.000 para resgate antecipado de outras dívidas da Companhia.

(ii) Resgate da 11ª emissão de Debêntures

Em março de 2013 a Companhia efetuou o resgate total da 11ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 1.060.428.

(iii) Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA

Em fevereiro de 2012 a Companhia assinou contrato de empréstimo para a 2ª etapa do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água, JICA BZ P-19, no valor de JPY 33.584.000.000 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de ienes japoneses) equivalentes a R\$ 709.294 na data de assinatura do contrato. O principal desembolso deste contrato ocorreu em março de 2013 e em 30 de setembro de 2013 seu saldo é de R\$ 136.114.

Notas Explicativas

(iv) Cronograma de liquidação de empréstimos e financiamentos

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019 em diante</u>	<u>TOTAL</u>
PAÍS								
Banco do Brasil	98.231	100.335	-	-	-	-	-	198.566
Caixa Econômica Federal	29.150	81.500	60.620	60.302	63.180	66.750	683.191	1.044.693
Debêntures	18.889	79.767	712.668	353.427	355.505	525.539	1.346.521	3.392.316
BNDES Baixada Santista	4.077	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.311	101.933
BNDES PAC	2.342	9.370	9.370	9.370	9.370	9.370	42.164	91.356
BNDES PAC II 9751	-	812	1.165	1.192	1.192	1.192	2.247	7.800
BNDES PAC II 9752	-	-	1.125	1.500	1.500	1.500	12.375	18.000
BNDES Onda Limpa	4.808	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	119.895	220.853
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	364.847	364.847
Outros	115	497	560	631	711	524	-	3.038
Juros e Encargos	<u>34.004</u>	<u>57.492</u>	-	-	-	-	-	<u>91.496</u>
Em moeda nacional	191.616	365.312	821.047	461.961	466.997	640.414	2.587.551	5.534.898
EXTERIOR								
BID	31.081	85.082	85.082	85.082	103.676	47.709	575.355	1.013.067
BIRD	-	-	-	-	-	-	79.127	79.127
Euro Bônus	-	-	-	311.849	-	-	774.018	1.085.867
JICA	-	49.637	49.637	49.637	49.891	50.145	690.134	939.081
BID 1983AB	-	53.391	53.391	53.391	53.391	53.010	128.428	395.002
Juros e Encargos	<u>33.724</u>	<u>4.417</u>	-	-	-	-	-	<u>38.141</u>
Em moeda estrangeira	<u>64.805</u>	<u>192.527</u>	<u>188.110</u>	<u>499.959</u>	<u>206.958</u>	<u>150.864</u>	<u>2.247.062</u>	<u>3.550.285</u>
Total Geral	<u>256.421</u>	<u>557.839</u>	<u>1.009.157</u>	<u>961.920</u>	<u>673.955</u>	<u>791.278</u>	<u>4.834.613</u>	<u>9.085.183</u>

(v) Compromissos Financeiros – “Covenants”

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas relativas ao atendimento de alguns índices financeiros com comprovações trimestrais ou anuais.

17ª Emissão de Debêntures

Os indicadores são calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dos indicadores, pela Emissora, levará ao vencimento antecipado do contrato.

Notas Explicativas

O contrato possui cláusula de cross default, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 90.000 (noventa milhões), em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão, levará ao vencimento antecipado deste contrato.

As outras cláusulas de *covenants* são as mesmas demonstradas na Nota 13 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(vi) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

A SABESP para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, os quais são liberados para a execução de seus respectivos investimentos.

<u>Agente</u>	<u>30 de setembro de 2013</u>
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.065
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	756
Inter-American Development Bank - BID	867
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	1.883
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	143
Outros	51
TOTAL	4.765

(*) Utilizada cotação de fechamento de 30 de setembro de 2013. (US\$ 1,00 = R\$ 2,2300; ¥ 1,00 = R\$ 0,02268).

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Ativo circulante

	<u>30 de setembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	-	100.225
IRRF sobre aplicações financeiras	5.950	14.302
Outros tributos federais	9.094	3.238
Outros tributos municipais	656	656
Total dos tributos a recuperar	15.700	118.421

Notas Explicativas

A redução do saldo da rubrica “Tributos a recuperar”, deve-se principalmente pela compensação do saldo de imposto de renda e contribuição social de 2012, utilizados para a quitação dos valores apurados desses mesmos tributos em 2013.

b) Passivo

	Circulante	
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social	137.749	-
Cofins e Pasep	40.985	46.576
Paes	-	19.011
INSS	29.791	29.401
IRRF	1.479	41.588
Outros	21.163	16.134
Total	231.167	152.710

O aumento dos tributos a pagar do passivo circulante decorre principalmente da apuração do imposto de renda e contribuição social a pagar em setembro de 2013, reduzido em parte pelo pagamento do imposto de renda retido na fonte (IRRF) dos juros sobre o capital próprio, declarados em dezembro de 2012 e pela quitação do Paes no período.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

Imposto	Principal	Multa	Juros	Total
Cofins	132.499	13.250	50.994	196.743
Pasep	5.001	509	2.061	7.571
Refis	112.639	-	-	112.639
Total	250.139	13.759	53.055	316.953

O débito relativo ao Paes (Parcelamento Especial) foi totalmente pago em 120 meses, sendo que a última parcela foi quitada em 28 de junho de 2013. Os montantes pagos de janeiro a junho de 2013 e no exercício de 2012 foram de R\$ 19.164 e R\$ 37.421, respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 153 e R\$ 1.147, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, respectivamente. Não há saldo devedor em 30 de setembro de 2013. Não há restrições nos ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, que continuaram a garantir os valores do Programa Paes, de acordo com a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, já que os créditos tributários incluídos no referido programa, foram extintos com pagamento da parcela final.

Notas Explicativas

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

a) Saldos patrimoniais

	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		Reapresentado
Impostos diferidos ativo		
Provisões	500.517	512.107
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271
Obrigações previdenciárias – G1	210.392	193.125
Ganho/perda atuarial – Plano G1 (Nota 2.1)	9.405	9.405
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.884	41.312
Provisão para perdas de crédito	170.351	162.670
Outros	86.823	97.425
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.106.643</u>	<u>1.101.315</u>
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(606.755)	(650.093)
Capitalização de custos de empréstimos	(194.395)	(158.298)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.670)	(77.827)
Outros	(82.198)	(69.795)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(965.018)</u>	<u>(956.013)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>141.625</u>	<u>145.302</u>

(1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESp), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

b) Movimentação

	Em	Registrado na	Em
	31 de dezembro	demonstração	30 de setembro
	de 2012	do resultado	de 2013
	Reapresentado		
Impostos diferidos ativo			
Provisões	512.107	(11.590)	500.517
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	193.125	17.267	210.392
Ganho/perda atuarial – G1	9.405	-	9.405
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	2.572	43.884
Perdas de créditos	162.670	7.681	170.351
Outros	97.425	(10.602)	86.823
Total	<u>1.101.315</u>	<u>5.328</u>	<u>1.106.643</u>

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 30 de setembro de 2013
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	43.338	(606.755)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(36.097)	(194.395)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.827)	(3.843)	(81.670)
Outros	(69.795)	(12.403)	(82.198)
Total	(956.013)	(9.005)	(965.018)
Ativo fiscal diferido líquido	145.302	(3.677)	141.625

	Em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 30 de setembro de 2012 Reapresentado
Impostos diferidos ativo			
Provisões	575.473	(18.522)	556.951
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	180.018	9.511	189.529
Ganho/perda atuarial – G1	35.323	-	35.323
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	(2.188)	36.025
Perdas de créditos	135.223	19.561	154.784
Outros	77.175	23.404	100.579
Total	1.126.696	31.766	1.158.462

	Em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 30 de setembro de 2012 Reapresentado
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	31.521	(660.689)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	(28.567)	(130.074)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(76.773)	(2.520)	(79.293)
Outros	(42.957)	(22.717)	(65.674)
Total	(913.447)	(22.283)	(935.730)
Ativo fiscal diferido líquido	213.249	9.483	222.732

Notas Explicativas

c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Julho a Setembro/2013	Janeiro a Setembro/2013	Julho a Setembro/2012 Reapresentado	Janeiro a Setembro/2012 Reapresentado
Lucro antes dos impostos	725.347	1.996.706	552.946	1.616.586
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(246.618)	(678.880)	(188.002)	(549.639)
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(8.899)	(27.162)	(8.648)	(26.175)
Doações	(1.578)	(6.455)	(3.104)	(8.130)
Juros sobre o capital próprio	-	27.268	-	97.969
Outras diferenças	6.712	21.357	8.572	15.877
Imposto de renda e contribuição social	<u>(250.383)</u>	<u>(663.872)</u>	<u>(191.182)</u>	<u>(470.098)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(256.336)	(660.195)	(240.126)	(479.581)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.953	(3.677)	48.944	9.483
Alíquota efetiva	35%	33%	35%	29%

(i) Diferença permanente relativa à provisão da obrigação atuarial.

Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Notas Explicativas

16. PROVISÕES

(a) Processos com probabilidade de perda provável

(i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza civil, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	30 de setembro de 2013	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ações com clientes (i)	630.694	(104.635)	526.059	652.663	(131.408)	521.255
Ações com fornecedores (ii)	304.931	(181.664)	123.267	290.593	(175.437)	115.156
Outras questões cíveis (iii)	139.104	(11.797)	127.307	169.513	(4.978)	164.535
Ações tributárias (iv)	66.357	(1.929)	64.428	71.141	(3.056)	68.085
Ações trabalhistas (v)	150.217	(1.591)	148.626	173.227	(1.529)	171.698
Ações ambientais (vi)	180.805	-	180.805	149.061	(636)	148.425
Total	1.472.108	(301.616)	1.170.492	1.506.198	(317.044)	1.189.154
Circulante	610.864	-	610.864	565.083	-	565.083
Não circulante	861.244	(301.616)	559.628	941.115	(317.044)	624.071

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	30 de setembro de 2013
Ações com clientes (i)	652.663	87.195	84.323	(86.518)	(106.969)	630.694
Ações com fornecedores (ii)	290.593	6.564	17.598	(2.968)	(6.856)	304.931
Outras questões cíveis (iii)	169.513	25.931	20.810	(7.586)	(69.564)	139.104
Ações tributárias (iv)	71.141	2.277	6.142	(6.310)	(6.893)	66.357
Ações trabalhistas (v)	173.227	54.007	15.932	(67.734)	(25.215)	150.217
Ações ambientais (vi)	149.061	43.996	8.684	(660)	(20.276)	180.805
Subtotal	1.506.198	219.970	153.489	(171.776)	(235.773)	1.472.108
Depósitos judiciais vinculados	(317.044)	(25.649)	(12.980)	24.319	29.738	(301.616)
Total	1.189.154	194.321	140.509	(147.457)	(206.035)	1.170.492

Notas Explicativas

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível representam o montante aproximadamente de R\$ 3.124.600 em 30 de setembro de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 2.796.500).

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.490 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 4.804 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado a novos processos ajuizados e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento, compensados em parte por pagamentos ocorridos no ano e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2013.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro de contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 8.111 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado principalmente a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 37.228 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) foi provocado, principalmente, pelo arquivamento de diversos processos e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2013.

(iv) Ações tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 3.657 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) foi provocado, principalmente, por decisões favoráveis à Companhia.

Notas Explicativas

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, provisionados. O decréscimo ocorrido de R\$ 23.072 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado, principalmente, aos pagamentos ocorridos no ano, compensado em parte, pelo complemento nas estimativas e atualização dos processos em andamento.

(vi) Ações ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo ocorrido de R\$ 32.380 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente ao complemento de estimativas de processos e acordos em andamento.

As demais informações estão apresentadas na Nota 16 nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

17. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por plano de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

. Da Companhia: 7,7% em média da folha bruta de salários;

. Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,3% da folha de pagamento.

Notas Explicativas

(b) Planos de benefícios previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012	577.169
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	<u>27.663</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012 ajustada	604.832
Despesas reconhecidas em 2013	64.657
Pagamentos efetuados em 2013	<u>(13.873)</u>
Obrigações previdenciárias em 30 de setembro de 2013 (i)	655.616

Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012	1.547.161
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	<u>440.557</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012 ajustada	1.987.718
Despesas reconhecidas em 2013	132.575
Pagamentos efetuados em 2013	<u>(95.609)</u>
Obrigações previdenciárias em 30 de setembro de 2013 (iii)	2.024.684

Total	<u>2.680.300</u>
--------------	-------------------------

(i) Plano G1

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV que é o seguinte:

- 0,53% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 4,5% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 655.616 (R\$ 604.832 em 31 de dezembro de 2012) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 30 de setembro de 2013, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.078 (dezembro/2012 – 4.569) participantes entre ativos e assistidos.

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2013, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram para Plano Sabesprev Mais foi de R\$ 11.706 (dezembro/2012 - R\$ 12.441) referentes a participantes ativos.

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 30 de setembro de 2013, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.024.684 (dezembro/2012 - R\$ 1.987.718).

(c) Participação nos resultados

A Companhia registrou com referência ao Programa de Participação nos Resultados de 2013, o valor correspondente a uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No terceiro trimestre de 2013 foi provisionado o montante de R\$ 17.569 (terceiro trimestre de 2012 – R\$ 15.017). No período de janeiro a setembro de 2013 e 2012 foram provisionados R\$ 51.622 e R\$ 45.050, respectivamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (dezembro/2012 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2013 é composto de 683.509.869 ações ordinárias (dezembro/2012 – 227.836.623), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuída:

Houve aumento no número de ações devido ao desdobramento de ações em 22 de abril de 2013.

	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012 Reapresentado	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,26%	114.508.086	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	177.941.506	26,03%	56.036.950	24,59%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	160.046.002	23,42%	56.663.486	24,87%
Outros	1.998.103	0,29%	628.101	0,28%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,0%</u>	<u>227.836.623</u>	<u>100,0%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de abril de 2013, foi aprovado desdobramento das ações ordinárias da Companhia, por meio da qual cada ação ordinária passou a representar 3 (três) ações ordinárias na proporção de 1:3.

Foi aprovado na Assembleia Geral de Acionistas em 22 de abril de 2013, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 498.684, líquidos do imposto de renda na fonte de R\$ 35.593, totalizando R\$ 534.277. O pagamento ocorreu em junho de 2013.

Outras informações sobre o patrimônio líquido, tais como remuneração aos acionistas, dividendos, objetivo e finalidade de reservas, encontram-se na Nota 19 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

19. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. De acordo com o CPC 41, demonstramos o cálculo do lucro por ação após desdobramento de ações ocorrido em 22 de abril de 2013:

	<u>Janeiro a Setembro/2013</u>	<u>Janeiro a Setembro/2012 Reapresentado</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.332.834	1.146.488
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>683.509</u>	<u>683.509</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u><u>1,94999</u></u>	<u><u>1,67736</u></u>

Notas Explicativas

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

	Julho a Setembro/2013			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	1.321.891	1.071.379	551.362	2.944.632
Deduções da receita bruta	(95.151)	(77.122)	-	(172.273)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	1.226.740	994.257	551.362	2.772.359
Custos, despesas com vendas e administrativas	(840.443)	(560.656)	(539.453)	(1.940.552)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	386.297	433.601	11.909	831.807
Outras despesas operacionais líquidas				11.739
Equivalência patrimonial				1.737
Resultado financeiro, líquido				(119.936)
Lucro operacional antes dos impostos				725.347
Depreciação e amortização	108.510	99.875	-	208.385

Notas Explicativas

	Janeiro a Setembro/2013			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.880.693	3.138.853	1.703.814	8.723.360
Deduções da receita bruta	(281.771)	(227.908)	-	(509.679)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	3.598.922	2.910.945	1.703.814	8.213.681
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.602.039)	(1.669.966)	(1.668.644)	(5.940.649)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	996.883	1.240.979	35.170	2.273.032
Outras despesas operacionais líquidas				22.082
Equivalência patrimonial				1.476
Resultado financeiro, líquido				(299.884)
Lucro operacional antes dos impostos				1.996.706
Depreciação e amortização	318.533	281.776	-	600.309

Notas Explicativas

	Julho a Setembro/2012			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	1.252.266	1.010.718	612.233	2.875.217
Deduções da receita bruta	(90.884)	(73.348)	-	(164.232)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	1.161.382	937.370	612.233	2.710.985
Custos, despesas com vendas e administrativas	(853.461)	(535.989)	(599.177)	(1.988.627)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	307.921	401.381	13.056	722.358
Outras despesas operacionais líquidas				(59.533)
Equivalência patrimonial				(586)
Resultado financeiro, líquido				(109.293)
Lucro operacional antes dos impostos				552.946
Depreciação e amortização	98.567	81.626	-	180.193

Notas Explicativas

	Janeiro a Setembro/2012			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.590.607	2.910.310	1.740.969	8.241.886
Deduções da receita bruta	(264.104)	(214.066)	-	(478.170)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	3.326.503	2.696.244	1.740.969	7.763.716
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.511.020)	(1.500.086)	(1.704.050)	(5.715.156)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	815.483	1.196.158	36.919	2.048.560
Outras despesas operacionais líquidas				(32.674)
Equivalência patrimonial				(3.643)
Resultado financeiro, líquido				(395.657)
Lucro operacional antes dos impostos				<u>1.616.586</u>
Depreciação e amortização	301.800	241.902	-	543.702

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita bruta das vendas e dos serviços e nos custos são como segue:

	<u>Julho a Setembro/2013</u>	<u>Janeiro a Setembro/2013</u>	<u>Julho a Setembro/2012 Reapresentado</u>	<u>Janeiro a Setembro /2012 Reapresentado</u>
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (a)	551.362	1.703.814	612.233	1.740.969
Custo de construção referente ao ICPC 1 (a)	539.453	1.668.644	599.177	1.704.050
Margem de construção	<u>11.909</u>	<u>35.170</u>	<u>13.056</u>	<u>36.919</u>

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 11 (c) e (h).

Notas Explicativas

21. RECEITAS

(a) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida

	Julho a	Janeiro a	Julho a	Janeiro a
	Setembro/2013	Setembro/2013	Setembro/2012	Setembro/2012
			Reapresentado	Reapresentado
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.393.270	7.019.546	2.262.984	6.500.917
Receitas de construção	551.362	1.703.814	612.233	1.740.969
Impostos sobre vendas	(172.273)	(509.679)	(164.232)	(478.170)
Receita líquida	<u>2.772.359</u>	<u>8.213.681</u>	<u>2.710.985</u>	<u>7.763.716</u>

(b) Receita bruta de vendas de produtos e serviços

	Julho a	Janeiro a	Julho a	Janeiro a
	Setembro/2013	Setembro/2013	Setembro/2012	Setembro/2012
			Reapresentado	Reapresentado
Região Metropolitana de São Paulo	1.770.410	5.160.205	1.658.420	4.844.058
Sistemas regionais (i)	622.860	1.859.341	604.564	1.656.859
Total (ii)	<u>2.393.270</u>	<u>7.019.546</u>	<u>2.262.984</u>	<u>6.500.917</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 5,8% no terceiro trimestre de 2013 quando comparado ao terceiro trimestre de 2012, devido principalmente ao acréscimo de 2,0% no volume faturado no total da Companhia e ao reajuste tarifário de 2012 de 5,15% ocorrido a partir de setembro de 2012 e ao índice de reposicionamento tarifário de 2,35% aplicado sobre as tarifas a partir de abril de 2013.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Julho a	Janeiro a	Julho a	Janeiro a
	Setembro/2013	Setembro/2013	Setembro/2012	Setembro/2012
			Reapresentado	Reapresentado
Custos das vendas e dos serviços prestados:				
Salários e encargos	342.010	1.004.619	298.298	893.601
Obrigações previdenciárias	14.981	44.699	8.801	26.665
Custos de construção (Nota 11(c))	539.453	1.668.644	599.177	1.704.050
Materiais gerais	46.455	131.588	42.928	120.585
Materiais de tratamento	63.645	183.661	39.132	135.137
Serviços de terceiros	200.280	569.305	177.444	511.370
Energia elétrica	132.918	409.884	144.507	441.478
Despesas gerais	105.103	327.750	107.407	297.616
Depreciação e amortização	<u>197.351</u>	<u>570.857</u>	<u>174.654</u>	<u>526.055</u>
	<u>1.642.196</u>	<u>4.911.007</u>	<u>1.592.348</u>	<u>4.656.557</u>

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Julho a Setembro/2013</u>	<u>Janeiro a Setembro/2013</u>	<u>Julho a Setembro/2012 Reapresentado</u>	<u>Janeiro a Setembro/2012 Reapresentado</u>
Despesas com vendas:				
Salários e encargos	54.221	160.343	48.373	145.452
Obrigações previdenciárias	2.001	6.551	1.496	4.391
Materiais gerais	1.506	5.468	2.183	6.105
Serviços de terceiros	62.535	150.827	45.475	162.347
Energia elétrica	118	425	147	474
Despesas gerais	20.320	61.546	18.392	57.868
Depreciação e amortização	2.878	8.186	2.214	5.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 7(c))	<u>27.685</u>	<u>83.924</u>	<u>70.612</u>	<u>145.999</u>
	<u>171.264</u>	<u>477.270</u>	<u>188.892</u>	<u>528.182</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Salários e encargos	44.113	131.463	41.935	122.742
Obrigações previdenciárias	31.752	95.183	27.802	83.787
Materiais gerais	815	5.381	968	3.077
Serviços de terceiros	22.193	88.746	38.597	105.338
Energia elétrica	101	629	203	863
Despesas gerais	8.647	146.535	83.897	145.736
Depreciação e amortização	8.156	21.266	3.325	12.101
Despesas fiscais	<u>11.315</u>	<u>63.169</u>	<u>10.660</u>	<u>56.773</u>
	<u>127.092</u>	<u>552.372</u>	<u>207.387</u>	<u>530.417</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:				
Salários e encargos	440.344	1.296.425	388.606	1.161.795
Obrigações previdenciárias	48.734	146.433	38.099	114.843
Custos de construção (Nota 11 (c))	539.453	1.668.644	599.177	1.704.050
Materiais gerais	48.776	142.437	46.079	129.767
Materiais de tratamento	63.645	183.661	39.132	135.137
Serviços de terceiros	285.008	808.878	261.516	779.055
Energia elétrica	133.137	410.938	144.857	442.815
Despesas gerais	134.070	535.831	209.696	501.220
Depreciação e amortização	208.385	600.309	180.193	543.702
Despesas fiscais	11.315	63.169	10.660	56.773
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 7(c))	<u>27.685</u>	<u>83.924</u>	<u>70.612</u>	<u>145.999</u>
	<u>1.940.552</u>	<u>5.940.649</u>	<u>1.988.627</u>	<u>5.715.156</u>

Notas Explicativas

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Descrição</u>	<u>Julho a Setembro/2013</u>	<u>Janeiro a Setembro/2013</u>	<u>Julho a Setembro/2012 Reapresentado</u>	<u>Janeiro a Setembro/2012 Reapresentado</u>
Despesas financeiras:				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(62.961)	(210.390)	(75.012)	(227.145)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(18.700)	(59.206)	(22.529)	(68.276)
Outras despesas financeiras	(11.580)	(44.459)	(8.012)	(27.120)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(2.641)	(7.058)	(2.404)	(8.162)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(8.517)	(49.064)	(6.557)	(24.025)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesp Mais (ii)	(216)	(1.021)	(347)	(1.154)
Outras variações monetárias (iii)	(1.690)	(6.051)	255	(2.917)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(1.982)	(33.562)	(39.844)	(117.960)
Total de despesas financeiras	<u>(108.287)</u>	<u>(410.811)</u>	<u>(154.450)</u>	<u>(476.759)</u>
Receitas financeiras:				
Variações monetárias ativas (iv)	15.363	64.344	13.727	34.814
Rendimento de aplicações financeiras	37.073	107.336	34.500	134.417
Juros e outras	22.531	97.729	20.055	57.518
Total de receitas financeiras	<u>74.967</u>	<u>269.409</u>	<u>68.282</u>	<u>226.749</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(33.320)</u>	<u>(141.402)</u>	<u>(86.168)</u>	<u>(250.010)</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(86.648)	(158.712)	(23.060)	(145.502)
Outras variações cambiais	16	(1)	(15)	(40)
Variação cambial ativa	16	231	(50)	(105)
Variações cambiais, líquidas	<u>(86.616)</u>	<u>(158.482)</u>	<u>(23.125)</u>	<u>(145.647)</u>
Financeiras Líquidas	<u>(119.936)</u>	<u>(299.884)</u>	<u>(109.293)</u>	<u>(395.657)</u>

(i) Essa variação é decorrente principalmente do aumento no estoque da dívida indexada ao IPCA, em razão da captação da 17ª Emissão de Debêntures ocorrida em fevereiro de 2013.

(ii) Essa variação monetária é decorrente da mudança no indexador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 0,3% no terceiro trimestre de 2013 (1,5% no terceiro trimestre de 2012), e que é utilizado para corrigir o saldo do compromisso da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesp Mais.

Notas Explicativas

(iii) Outras despesas com variações monetárias são substancialmente atualização dos passivos referente aos compromissos de investimentos exigidos pelas parcerias público-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados por IPC e IPCA que foram de 0,3% e 0,6% no terceiro trimestre de 2013, respectivamente (1,0% e 1,4% no terceiro trimestre de 2012, respectivamente).

(iv) Essas variações monetárias são decorrentes, principalmente, dos acordos de parcelamentos com clientes, que são indexados pelo IPCA (0,6% no terceiro trimestre de 2013 e 1,4% no terceiro trimestre de 2012) ou IPC (Índice de Preços ao Consumidor, 0,3% no terceiro trimestre de 2013 e 1,0% no terceiro trimestre de 2012), dependendo da data do acordo e dos depósitos judiciais, que são atualizados pelo índice definido pelo judiciário brasileiro que teve uma variação de 0,3% no terceiro trimestre de 2013 (1,1% no terceiro trimestre de 2012).

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Julho a	Janeiro a	Julho a	Janeiro a
	Setembro/2013	Setembro/2013	Setembro/2012	Setembro/2012
			Reapresentado	Reapresentado
Outras receitas operacionais líquidas	16.531	40.749	14.528	48.009
Outras despesas operacionais	(4.792)	(18.667)	(74.061)	(80.683)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>11.739</u>	<u>22.082</u>	<u>(59.533)</u>	<u>(32.674)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado.

O decréscimo ocorrido em outras despesas operacionais, decorre do registro de provisão para perdas com inventário de bens do intangível e provisão para valor recuperável de ativos intangíveis (impairment), em setembro de 2012, no montante de R\$ 70.214.

25. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. O acréscimo ocorrido em relação ao trimestre anterior decorre das obrigações contratuais relacionadas ao Sistema Produtor São Lourenço S/A, conforme Nota 11 (k).

Notas Explicativas

Abaixo os principais valores compromissados em 30 de setembro de 2013:

	Outubro a Dezembro de 2013	2014 - 2015	2016-2017	2018 em diante	Total
Obrigações contratuais - Despesas	317.894	1.498.426	160.321	4.910.620	6.887.261
Obrigações contratuais - Investimentos	612.193	1.876.142	313.921	2.214.452	5.016.708
Total	930.087	3.374.568	474.242	7.125.072	11.903.969

26. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Janeiro a Setembro/2013	Janeiro a Setembro/2012 Reapresentado
Juros capitalizados no período	163.975	225.270
Varição no saldo a pagar a empreiteiros	(38.040)	39.227
Passivos referentes a compromissos de contratos de programas contabilizados com contrapartida no ativo intangível	36.779	92.074
Arrendamento Mercantil	149.074	96.165
Margem de construção contabilizada no intangível	35.170	36.919
Outras adições no intangível	-	29.868
	346.958	519.523

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Debêntures - BNDES

Em 15 de outubro de 2013 a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 2.753 perfazendo um total de R\$ 275.370. O BNDES subscreverá a 1ª e 2ª Séries, totalizando 58 debêntures das 100 previstas, durante o mês de novembro de 2013 e a 3ª Série, de 42 debêntures, deverá ser subscrita em 2015. Os recursos irão reembolsar investimentos feitos em obras em sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, composto pelos seguintes projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira, Bacia do Piracicaba - Capivari - Jundiáí (PCJ) além de suportar parte do Programa de Redução de Perdas da SABESP. A 1ª e 3ª Séries possuem prazo total de 132 meses com carência de 36 meses e serão remuneradas através da TJLP +

Notas Explicativas

1,92% a.a. A 2ª Série possui prazo total de 133 meses com carência de 37 meses e será remunerada à taxa de 8,255882% a.a. + IPCA.

- Revisão Tarifária - ARSESP

A ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, por meio de sua Deliberação nº 434, de 31 de outubro de 2013, publicou cronograma para a conclusão dos trabalhos técnicos e para a realização do processo de consulta e audiência públicas para a definição do Preço-Máximo e Fator X definitivos, com as seguintes etapas:

- i) Etapa D1 - Apresentação pela Sabesp da Base de Ativos corrigida (05/12/2013);
- ii) Etapa D2 - Divulgação pela ARSESP das propostas para o Preço Máximo Inicial (P0) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivos, e abertura de Consulta Pública com convocação de Audiência Pública (10/01/2014);
- iii) Etapa D3 - Realização de Audiência Pública e encerramento da Consulta Pública (05/02/2014);
- iv) Etapa D4 - Publicação dos resultados relativos ao Preço Máximo Inicial (P0) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivos, do relatório consubstanciado sobre as contribuições da Consulta Pública (10/03/2014); e
- v) Etapa D5 - Publicação do cronograma para definição e implantação da nova Estrutura Tarifária da Sabesp (10/03/2014).

- Reajuste Tarifário

Em 31 de outubro de 2013, a ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, em sua Deliberação nº 435/2013, autorizou o reajuste anual de 3,1451%, a ser aplicado de forma linear a todas as categorias de consumidores de água e esgoto a partir de 11 de dezembro de 2013, exceto para Lins, Magda, Glicério e Torrinha, que possuem regras diferentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o comportamento de projeções empresariais

As projeções apresentadas no formulário de referência são feitas em bases anuais e não trimestrais, portanto, não se aplica o confronto trimestral entre as informações divulgadas no formulário de referência com os resultados obtidos no trimestre.

O acompanhamento das projeções é feito em bases anuais e divulgado no formulário de referência.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2013				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,3%	343.524.258	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	1.518	0	1.518	0
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	-	-	-	-
Total	343.525.776	50,3%	343.525.776	50,3%
Ações em Circulação	339.984.093	49,7%	339.984.093	49,7%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,3%	343.524.258	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	6.027	0	6.027	0
Diretoria	1.809	0	1.809	0
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	-	-	-	-
Total	343.532.094	50,3%	343.532.094	50,3%
Ações em Circulação	339.977.775	49,7%	339.977.775	49,7%

Nota: Os dados referentes a 30 de setembro de 2012 foram ajustados, considerando o desdobramento de uma ação para três ações, ocorrido em abril de 2013, para facilitar a comparação.

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia:			Posição em 30/09/2013 (Em Ações)	
CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO				
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,3	343.524.258	50,3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência dos efeitos da adoção de novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 referentes aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e mudança na contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Délio Rocha Leite

Contador

CRC nº 1 SP 189302/O-8